



PAULO FREIRE – MICRORREVOLUÇÕES: UMA HOLOGRAFIA E UMA ESQUIZOPOLÍTICA

PAULO FREIRE – MICROEVOLUTIONS: A HOLOGRAPHY AND A SCHIZOPOLITICS

Luciano Severino de Freitas¹
<https://orcid.org/0000-0002-9054-7514>

Georgia Amitrano²
<https://orcid.org/0000-0002-8535-2392>

Resumo:

O presente artigo busca um olhar a partir da relação da existência de uma vontade de apagamento da obra de Paulo Freire segundo uma análise que se volta à *esquizopolítica*. É uma espécie de imersão estética na afirmação da existência como lugar da criação de si mesmo. Filosoficamente, Paulo Freire se torna um *desvio*, cujo fator decisivo se dá no deslocar o oprimido e o descolonizar através de microrrevoluções inventivas. A busca por um pensamento das microrrevoluções e uma esquizopolítica se dá na possibilidade de ruptura daquele visto como subalterno que, na tradição *pseudoaristocrata*, mantém o desejo de que este seja o eternamente colonizado. Nesse sentido, a relação de apagamento é mediada pela distorção da vivência real, produzindo discursividades políticas em um processo contínuo de criar e recriar, por meio da formação de holografias que trazem o objeto, sem apagá-lo ou desfigurá-lo; na tentativa de uma deslegitimação da obra do autor que, por sua fenomenologia pedagógica libertadora, ameaça os cânones elitistas.

Palavras-chave: liberdade; microrrevoluções; holografia, fenomenologia pedagógica; esquizopolítica

Abstract:

This paper looks at the relationship of the existence of a will to erase the work of Paulo Freire from an analysis that turns to schizopolitics. It is a kind of aesthetic immersion in the affirmation of existence as a place of self-creation. Philosophically, Paulo Freire becomes a deviation, whose decisive factor is to displace the oppressed and decolonize it through inventive microevolutions. The search for a thought of microevolutions and a schizopolitics takes place in the possibility of breaking the one seen as subaltern that, in the pseudo-aristocratic tradition, maintains the desire that this one be the eternally colonized. In this sense, the erasure relationship is mediated by the

¹ Doutorando em Filosofia pelo Instituto de Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia/MG. Brasil.

² Professora Doutora Associada III do Instituto de Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia/MG, e professora permanente do programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFU/MG. Brasil.

distortion of real experience, producing political discourses in a continuous process of creating and recreating, through the formation of holographs that bring the object, without erasing or disfiguring it; in an attempt to delegitimize the author's work, which, due to its liberating pedagogical phenomenology, threatens elitist canons.

Keyword: freedom; microrevolutions; holography, pedagogical phenomenology; schizopolitics

INTRODUÇÃO

No momento em que alguém dá um passo fora do que já foi pensado, quando se aventura para fora do reconhecível e do tranquilizador, quando precisa inventar novos conceitos para terras desconhecidas, caem os métodos e as morais, e pensar torna-se, como diz Foucault, 'um ato arriscado', uma violência que se exerce primeiro sobre si mesmo. As objeções feitas a um pensador ou mesmo às questões que lhe colocam vêm sempre das margens, e são como boias lançadas em sua direção, porém mais para confundi-lo e impedi-lo de avançar do que para ajudá-lo: as objeções vêm sempre dos medíocres e dos preguiçosos (DELEUZE: 1992, 128)

Esse é um texto que se abre na complexidade da escrita. Por um lado, há de se escrever sobre um homem que fala de autonomia, de retirar o oprimido das amarras da opressão, ou seja, é escrever sobre alguém que diz da esperança, da aprendizagem, de formas de saberes; por outro, é um experimento a quatro mãos, donde respeitar a escrita do outro, acolher pensamentos e filosofar são questões que nos obrigam a sair do solipsismo filosófico que se impõe nas tarefas diárias do filosofar.

Nesse contexto, foi, dentre diferentes fatores, ao tomar a vida como uma obra de arte, que a filosofia de Freire passou a incomodar categorias sociais, cujos recalques do eterno colono se dão no subalternizar e oprimir outrem. Em outras palavras, é justamente por vislumbrar uma pedagogia para fora dos cânones elitistas, que apenas querem recalcar e acanhar determinados grupos, modelando-os, de modo a satisfazer os próprios desejos, que aqueles que julgam subalternizados, os eternos colonizados, não devem sequer ter a possibilidade de um *saber* próprio construído no *dever* de suas existências. O pensamento freiriano, assim, é incômodo, pois é aquele que, como salienta o pensador/pedagogo, rejeita o mote apregoado por séculos, o de ver o educador como o que sabe, e os educandos (oprimidos essenciais, para a elite) como os que nada sabem,

[...] cabe àquele dar, entregar, levar, transmitir o seu saber aos segundos. Saber que deixa de ser de experiência feita para ser de experiência narrada ou transmitida [...]. A educação que se impõe aos que verdadeiramente se comprometem com a libertação não pode fundar-se numa compreensão dos homens como seres vazios a quem o mundo encha de conteúdos; não pode basear-se numa consciência especializada, mecanisticamente compartimentada, mas nos homens como corpos conscientes e na consciência como consciência intencionada ao mundo. Não pode ser a do depósito de conteúdos, mas a da problematização dos homens em suas relações com o mundo. (FREIRE, 1985, p. 79)

Ora, Paulo Freire busca uma educação crítico problematizadora, que ultrapassa o conteudismo abstrato; de fato ela, para o educador, deve brotar de esforços na compreensão da natureza humana e das relações que homens e mulheres instauram entre si. O devir é um característico do humano, justamente, por sermos seres inconclusos

Pensando a existência humana, ele afirma que o homem é um ser inconcluso, no inacabamento que nos compete. Afinal,

[...] não somos: nós estamos nos tornando, vindo a ser. Para que nós, seres humanos, sejamos o que somos, nós necessitamos nos tornar, vir a ser aquilo que somos. Nós não precisamos ser – se nós simplesmente somos, nós paramos de ser. Nós somos precisamente porque nós estamos nos tornando. Este processo de ser e não ser, o processo de tornar-se, de vir a ser, explica a nossa presença na História e no mundo (FREIRE, 2016, p. 25)

Paulo Freire é o homenageado e a análise se vota à *esquizopolítica*, essa imersão estética que se volta à afirmação da existência como lugar da criação de si mesmo. Então, essa escritura tem uma duplicidade, melhor dizendo, uma multiplicidade, pois se abre à alteridade dúplice da escrita e da homenagem. Do mesmo modo, cria a possibilidade da autonomia, na qual dois se entrelaçam nos rascunhos de um artigo. O papel, assim, se torna lugar de aprendizagem, de demonstração, saberes e, como todo conhecimento, um fazer político. Afinal, se Paulo Freire não está apagado, o querem apagar, ou pelo menos distorcer sua obra, vida, personalidade.

Há um resgate necessário daquele que é estátua em outros países e que querem sepultar em cova seu nome no Brasil, país de seu nascimento. Logo, nesse jogo de aparecer e tentar apagar, damo-nos conta da existência de signos que se entrelaçam, um processo contínuo de criar e recriar, em uma espécie de aparece e esconde, onde *holografias* são criadas, numa espécie de padrão de interferência projetado, sempre calculado, mas que nesse caso não quer recriar com precisão um objeto da escrita; antes, busca trazer o objeto, sem apagá-lo ou desfigurá-lo.

É, então, nessa projeção, que é necessário abrir espaço para escrita do outro, dos outros que compõe esse trajeto holográfico das duas escritas conjuntas, que dão mãos para falar de uma terceira.

Na filosofia, Paulo Freire é o que gera a necessidade de apagamento e deslegitimação, o *desvio* necessário, o que descoloniza, o que traz na sua obra uma fenomenologia pedagógica que ameaça cânones elitistas. É, portanto, necessário renomear, e no esquizo que vive, ressignificar, o mundo, a obra, Freire, a autonomia, o subalterno, o opressor.

Assim, ao falarmos de Paulo Freire, retomamos conceitos de subjetividade, essa característica dos sujeitos que, na medida da apreensão das obras, mostra-se predeterminada na máquina capitalista. Dessa feita, há uma estética pedagógica possível que pode ser analisada à luz da esquizopolítica, haja vista o fato da existência de um mundo que impacta tanto a psique como os corpos, a partir de políticas que focalizam a natureza esquizofrênica dos espaços da burocracia contemporânea.

Todavia, poder-se-ia pensar que não há nem subjetividade tampouco sujeito predeterminados. O que permanece é uma inventividade possível, que é soante à inventividade de si mesmo; ou seja, esse território existencial plausível com o qual microrrevoluções podem ocorrer, é uma área de intensidade do desejo.

É no âmbito do micro, do menor que a potência atravessa as paredes do movimento capitalista que paralisa processos de singularização.

Ora, se há sinonímia entre Paulo Freire e Guattari, essa está exatamente na promoção das microrrevoluções, e não em uma grande revolução redentora.

SOBRE A OBRA FREIRIANA E UMA *ESQUIZOPOLÍTICA*

Pensar qualquer relação de apagamento, como o presente trabalho se a propõe pensar a obra do pernambucano Paulo Freire, significa antes de tudo perceber como o mundo, em sua relação de nomeação e atribuição de significados, gera o existente ou interdita a existência e ainda, como recria uma imagem distorcida a partir da vivência real, para escamotear a própria realidade. Mundo, nesse caso compreendido como um sistema de signos que podem ser interpretados e são expressos na relação de dominador e dominado pela prática da persuasão discursiva, portanto, de política.

Na relação de recriação a partir da distorção da vivência real, o que sobrevive no discurso do apagamento não é o autor produtor da obra, mas a sobreposição das *holografias* constituídas pela distorção discursiva política. Desse modo, nomeia-se o inexistente para segundo essa nomeação, ser possível criar o que a própria persuasão política demanda. Esse *genus* criado só existe no espaço da própria nomeação, não como uma *fantasia* ou uma *mentira*, justamente porque representa, no campo do apagamento o *ente* aético, portanto, *desvalorado* e *desligado do real*.

Nesse campo o existente não se alinha ou se subjaz ao real, ao revés, chama para si a possibilidade de definição do mundo, exclusivamente pelo discurso, criando um campo holográfico gestado por cânones próprios em uma realidade *esquizopolítica*³. Essa entendida como uma fragmentação da realidade dada, produtora de outra realidade pela nomeação política distorcida e não pela negação, geradora de campo de existência em que o sujeito se *re-situa* e ressignifica sua racionalidade a partir da deturpação. E tal fragmentação é facilmente manifesta porque *o mundo colonial já é um mundo dividido em compartimento*. (FANON, 1968, p. 27)

Por outro lado, como a questão da verdade já é um *dado do real* a distorção *esquizopolítica* passa a se reproduzir e se constituir na tentativa de um novo regime da verdade, aqui entendida como propugnada por Foucault,

Por ‘verdade’, entende-se um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados. A ‘verdade’ está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e

³ A noção aqui aplicada dialoga, todavia, não se limita, exclusivamente, a *estética esquizopolítica* tal como propugnada por Guattari e comentado por Carvalho: *Compreende-se por estética esquizopolítica toda e qualquer experiência do sentir e do perceber que, afirmando um território existencial da sensibilidade e da percepção para além das consistências semióticas da máquina capitalista, coloca toda homogeneização estética em cheque. Na estética esquizopolítica, a subjetividade emerge provocando cisões, rupturas, descontinuidades nas estratégias de modelização dos gostos, das expressões, dos sentires, dos prazeres, dos gestos, dos comportamentos, das fluidez das réplicas exatas, das reconciliações dos consensos, das convenções aportadas nos mesmos conteúdos. A estética esquizopolítica é anúncio, ação e afirmação do desejo cindido (schizê) e que faz cindir. Na proposta de Guattari (2004, p. 238), os sujeitos da estética esquizopolítica são capazes de maquinari e de se fazerem máquinas com a “ruptura potencial de cadeias significantes ‘capazes de tudo’”; eles também podem, inclusive, “liberar a energia ligada nos violentos, nos loucos e outros possessos, que farão estragos nos jardins organizados da consciência e da ordem social”. (CARVALHO, 2018. p. 37)*

apoiam, e a efeitos de poder que ela induz e que produzem. ‘Regime’ da verdade. (FOUCAULT, 2007, p. 14) [...] o problema não é de se fazer a partilha entre o que num discurso revela a cientificidade e da verdade e o que revelaria de outra coisa. Mas de ver historicamente como se produzem efeitos de verdade no interior de discursos que não são em si nem verdadeiros ou falsos. Segundo inconveniente: refere-se necessariamente a alguma coisa como o sujeito. (FOUCAULT, 2009, p. 07)

Na *esquizopolítica* a fragmentação produzida da realidade não surge como uma negação da vida, porque não se torna possível ou desejável negá-la. Trata-se de uma reconstrução em *desvida*, que se apresenta como a sobreposição das holografias distorcidas sobre a experiência da existência do sujeito na tentativa de artificialmente criar um inexistente sobre a base do existente. É como uma pintura nova que cobrindo a imagem antiga dá ao espectador, que não conhece a representação já assentada, a ideia de que ela nunca houve.

Essa reconstrução em *desvida* acaba por permitir o estabelecimento de um jogo de linguagens no campo político produtor do apagamento, no caso da obra de Freire, com grande especificidade, pois a ela não é possível aplicar o esquecimento ou a negação, puros.

O apagamento consiste, portanto, em uma *esquizopolítica* pois, permite a fragmentação da realidade e a recriação de um campo distorcido de validade e verdade incapazes de negar, todavia, dirigidos a deslegitimar a obra, a vivência e todas as outras relações reais do sujeito. O apagamento da obra freiriana constitui-se assim, na discussão sobre projeções holográficas em nada relacionadas a obra real, até porque, analisar a realidade da obra do autor e seus argumentos significaria *des-cindir* e reintegrar o discurso distorcido por essa *esquizopolítica*.

Nessa análise é preciso perguntar sobre *quem se fala*? Porque nem sempre o sobre *quem* reflete o existente como realidade que se expressa e sim como matriz política em processo de distorção produtora de holografias, cujas imagens não são reais, mas, construídas e constituídas pelo discurso *esquizopolítico*. O jogo de linguagens políticas aqui capta uma sutileza já apontada por Wittgenstein acerca da palavra utilizada na contextualização e expressão de um a forma de vida e não apenas de um código linguístico.

Mas quantos tipos de sentenças existem? Talvez asserção, pergunta e ordem? – Há inúmeros desses tipos: inúmeros tipos diferentes de aplicação de tudo o que chamamos de “sinais”, “palavras”, “sentenças”. E essa multiplicidade não é nada fixa, dada de uma vez por todas; mas novos tipos de linguagem, novos jogos de linguagem, poderíamos dizer, passam a existir, e outros envelhecem e são esquecidos. (Nós podemos ter uma imagem aproximada disso nas mudanças da matemática.) A expressão “jogo de linguagem” deve enfatizar aqui que o falar de uma língua é parte de uma atividade ou de uma forma de vida. (WITTGENSTEIN, Investigações Filosóficas, § 23, s/d, p. 22)

O incômodo gerador da necessidade de *apagamento e deslegitimação* da obra freiriana se extrai, portanto, de uma *fenomenologia pedagógica* que na *Pedagogia do Oprimido* (1970), expressa-se pela estruturação libertadora, inserindo o sujeito na dialética de uma consciência construída a partir dos elementos extratados de um universo em que ele próprio se insere. Esse sujeito humaniza-se, portanto, no jogo de uma linguagem política da aprendizagem. É aliás, no conceito fenomênico do que se presencia na consciência do sujeito e se apresenta como o objeto de sua percepção que Freire situa sua obra dirigida a um caminho de humanização e esclarecimento do indivíduo.

Humanização e desumanização, dentro da história, num contexto real, concreto, objetivo, são possibilidades dos homens como seres inconclusos e conscientes de sua inconclusão. Mas, se ambas são possibilidades, só a primeira nos parece ser o que chamamos de vocação dos homens. Vocação negada, mas também afirmada na própria negação. Vocação negada na injustiça, na exploração, na opressão, na violência dos opressores. Mas afirmada no anseio de liberdade, de justiça, de luta dos oprimidos, pela recuperação de sua humanidade roubada. A desumanização, que não se verifica, apenas, nos que têm sua humanidade roubada, mas também, ainda que de forma diferente, nos que a roubam, é distorção da vocação do ser mais. É distorção possível na história, mas não vocação histórica. Na verdade, se admitíssemos que a desumanização é vocação histórica dos homens, nada mais teríamos que fazer, a não ser adotar uma atitude cínica ou de total desespero. A luta pela humanização, pelo trabalho livre, pela desalienação, pela afirmação dos homens como pessoas, como “seres para si”, não teria significação. Esta somente é possível porque a desumanização, mesmo que um fato concreto na história, não é porém, destino dado, mas resultado de uma “ordem” injusta que gera a violência dos opressores e esta, o ser menos. (FREIRE, 1987, p. 19)

Na percepção desse anseio da vocação de humanização, negada aos indivíduos, que a consciência pode se estruturar rumo a liberdade, *o que significa que a consciência não se produz como exemplar singular de uma possibilidade abstrata, mas que, surgindo no bojo do ser, cria e sustenta sua essência, quer dizer, a ordenação sintética de suas possibilidades* (SARTRE, 2013, p. 26).

Isso afasta uma racionalidade calcada em elementos conceituais externos e hierarquizados, portanto, de uma estrutura em que o indivíduo é mero receptáculo de conceitos dos quais não participa como construtor, permitindo, uma realocação da facticidade do sujeito e, portanto, de sua liberdade. Como diz Sartre,

[...] dizer que a facticidade de meu lugar só me é revelada na e pela livre escolha que faço de meu fim. A liberdade é indispensável à descoberta de minha facticidade. Conheço esta facticidade a partir de todos os pontos do futuro que projeto, é com seus caracteres de impotência, contingência, fragilidade e absurdidade que ela me aparece a partir do futuro. (SARTRE, 2013, p. 607).

No contexto da crítica a um pensamento colonizado, essa mudança de eixo constitui-se como traço revolucionário, pois realoca o indivíduo, assujeitado para o papel de sujeito capaz de assenhorar-se da razão antes interdita pela violência colonizadora. No caso brasileiro, as especificidades da matriz colonizadora ainda se realçam por uma idiossincrática reprodução excludente, interseccionada pela desigualdade racial e pela violência.

[...] criamos uma nação profundamente desigual e racista, cujos altos índices de violência não pararam nos tempos da escravidão. Eles têm sido reescritos na ordem do tempo contemporâneo, que mostra como o racismo ainda se agarra a uma ideologia cujo propósito é garantir a manutenção de privilégios, aprofundando a distância social.

Sendo assim, e se o racismo, faz tempo, deixou de ser aceito como uma teoria científica, ele continua plenamente atuante, enquanto ideologia social, na poderosa “teoria do senso comum”, aquela que age perversamente no silêncio e na convivência do dia a dia. A escravidão nos legou uma sociedade autoritária, a qual tratamos de reproduzir em termos modernos. (SCHWARCZ, 2019, p. 35)

Nessa perspectiva a *fenomenologia pedagógica* proposta por Freire, representa uma ameaça a reprodução que coloniza, não apenas como representação do poder, mas, para além, como marco e ruptura desse indivíduo que ao se perceber criticamente, em seu processo de aprendizagem, torna-se sujeito capaz de dialogar e criticar o sistema de persuasão política em que esteja inserido. Nessa crítica, o sujeito pode então perceber outras variações na relação *colonização/civilização*, fora dos argumentos aparentemente bonômicos e, portanto, justificadores desse processo, utilizados na reprodução do poder. Como aponta Césaire,

Colonização e civilização?

A maldição mais comum nessa questão é a de ser enganado em sua boa-fé pela hipocrisia coletiva, perita em situar mal os problemas para melhor legitimar as odiosas soluções oferecidas.

Isso significa que o essencial aqui é ver com nitidez, pensar com nitidez, entender temerariamente, responder com nitidez à inocente pergunta inicial: o que, em seu princípio, é a colonização? É concordar que não é nem evangelização, nem empreendimento filantrópico, nem vontade de empurrar para trás as fronteiras da ignorância, da doença e da tirania, nem expansão de Deus, nem extensão do Direito; é admitir de uma vez por todas, sem recuar ante as consequências, que o gesto decisivo aqui é do aventureiro e do pirata, dos merceeiros em geral, do armador, do garimpeiro e do comerciante; do apetite e da força, com a sombra maléfica, por trás, de uma forma de civilização que, em um momento de sua história, se vê obrigada internamente a estender à escala mundial a concorrência de suas economias antagônicas. (CÉSAIRE, 2020, p. 10)

Como a proposta de Freire desnuda essas estruturas o apagamento a ele dirigido se traduz pela deslegitimação de suas ideias e não pelo ocultamento ou negação propriamente ditos, face do amplo conhecimento da obra por ele pensada. Essa perspectiva desloca a questão da *existência/inexistência* para o eixo da *validade* e da *verdade* produtora dessa *validade*. Por isso, talvez, as maiores detrações a obra do autor pululam dos que nunca leram uma única linha por ele escritas, já que não está em jogo a obra em si e sim o discurso *esquizopolítico* das *holografias* geradas a partir dela.

De todo modo, é preciso pontuar que a produção da verdade nos espaços colonizados, já surge distorcida, vez que ela responde a um projeto coadunado com os interesses preponderantes do colonizador. Assim, discutir a *verdade* capaz de *validar* a obra freiriana, também é em certa medida reproduzir a mesma colonização da qual quer o autor se afastar. Não se trata de considerar a obra do pernambucano indene de críticas, mas entender que no próprio ato de julgamento muitas vezes quem se externa é aquele que nunca reconheceu ao colonizado a possibilidade de fala, ainda quando não consciente da interdição. Sobre esse regime da verdade e da colônia, observa Fanon,

O problema da verdade deve também reter a nossa atenção. No seio do povo a verdade sempre pertence aos nacionais. Nenhuma verdade absoluta, nenhum discurso sobre a transparência da alma pode esboroar esta posição. A mentira da situação colonial o colonizado responde com uma mentira igual. O comportamento é franco com os nacionais, crispado e ilegível com os colonos. Autêntico é tudo aquilo que precipita o desmoronamento do regime colonial, que favorece a emergência da nação. Autêntico é o que protege os indígenas e arruína os estrangeiros. No contexto colonial não há conduta de verdade. (FANON, 1968, pp. 37-38)

Obviamente, a perspectiva de Fanon se extrema na consideração do processo de ruptura, contudo, para além dessa dimensão esclarece como nos regimes das colônias a *verdade* é sempre o escamoteamento das relações entre os indivíduos e, portanto, uma *não-verdade*.

Na percepção da opressão desse regime da *não-verdade* ou no *regime colonial da "verdade"*, a educação problematizadora proposta por Freire se torna um choque direto com o poder, justamente porque ela faz uma opção por não reproduzir, na formação, as matrizes coloniais encasteladoras e hierarquizantes. Diz Freire,

A educação problematizadora, que não é fixismo reacionária, é futuridade revolucionária. Daí que seja profética e, como tal, esperançosa. Daí que corresponda à condição dos homens como seres históricos e à sua historicidade. Daí que se identifique com eles como seres mais além de si mesmos – como “projetos” – como seres que caminham para frente, que olham para frente; como seres a quem o imobilismo ameaça de morte; para quem o olhar para trás não deve ser uma forma nostálgica de querer voltar, mas um modo de melhor conhecer o que está sendo, para melhor construir o futuro. Daí que se identifique com o movimento permanente em que se acham inscritos os homens, como seres que se sabem inconclusos; movimento que é histórico e que tem o seu ponto de partida, o seu sujeito, o seu objetivo.

[...]

Esta é a razão por que a concepção problematizadora da educação não pode servir ao opressor. Nenhuma “ordem” opressora suportaria que os oprimidos todos passassem a dizer: “Por quê?” (FREIRE, 1987, pp. 47-49)

Assim o autor produz, através de sua fenomenologia pedagógica, uma consciência permanentemente *antidiscursiva*, justamente porque impõe uma crítica perene, por ser libertadora. O aspecto revolucionário não está, portanto, na dimensão ideologizada, mas no uso da racionalidade como um projeto inacabado rumo a própria humanização.

Muito ao revés dos reducionismos cuja pretensão é alinhar o pensamento freiriano a essa ou aquela bandeira política, de modo maniqueísta, o que ele expressa no fundo é o mais caro e distintivo uso da razão como propugnado pelos iluministas, lembrado por Kant em sua obra – *Resposta à pergunta: o que é Iluminismo? (1784)* - lembrando-se de Horácio: *Dimidium facti qui coepit habet: sapere aude*⁴.

Iluminismo é a saída do homem da sua menoridade de que ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de se servir do entendimento sem a orientação de outrem. Tal menoridade é por culpa própria, se a sua causa não residir na carência de entendimento, mas na falta de decisão e de coragem em se servir de si mesmo, sem a guia de outrem. Sapere aude! Tem a coragem de te servires do teu próprio entendimento! Eis a palavra de ordem do Iluminismo. (KANT, 1784 [A481], p. 5)

A *ousadia em saber* humaniza e constitui o sujeito crítico: eis o aspecto marcadamente disruptivo no pensamento de Freire. Eis o medo da ordem opressora diante dos oprimidos que passam a dizer: “Por quê?”. Nesse sentido, a crítica de Freire possui, na verdade, uma

⁴ Aquele que começou está na metade da obra: ouse saber! [...] Dimidium facti, qui coepit, habet; sapere aude./incipit. Viuendi qui recte prorogat horam./rusticus expectat dum defluat amnis; at ille/labitur et labetur in omne uolubilis aeuum./Quaeritur argentum puerisque beata creandis [...] (HORÁCIO, Quintus Flaccus. (HORATI FLACCI EPISTVLARVM LIBER PRIMVS. Título II. Canto 40)

atemporalidade pois se constitui no jogo político pelo uso de uma razão específica, reconhecida pelo *colonizador* e utilizada para criticar o que *coloniza*, pelo *colonizado*. Ao inverter a lógica do assujeitamento com os elementos de sua própria estrutura, o autor desenha uma linha de fuga aplicável a qualquer arranjo fundado na relação *dominador/dominado*.

Por isso, o apagamento, contra o autor dirigido, assenta-se no combate a legitimidade discursiva, considerando não as reais argumentações oferecidas, mas a obra inserida em uma discursividade *esquizopolítica*. É só no campo da *esquizopolítica* que se torna possível fragmentar, distorcer, ressignificar e renomear o mundo, organizando-o em um regime de verdade *holográfica*.

Dito de outro modo, o apagamento pretendido da obra de Freire trata de um autor cuja existência se situa, exclusivamente, no campo do *ente não existente*, do espaço discursivo com significado apenas para os que congregam dessa nomeação como possibilidade teratológica. Portanto, esse apagamento não se refere ao autor e nem a sua obra, mas a uma holografia inventada pela perspectiva de uma realidade cindida e esquizoide, pelo universo de uma *esquizopolítica*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O incômodo gerado pela obra de Paulo Freire exsurge diante do compromisso assumido pelo autor com a emancipação dos sujeitos da maneira mais ampla possível. Em sua *fenomenologia pedagógica* não se vê a formação esvaziada que treina e habilita os indivíduos para o exercício de funções na sociedade de modo irrefletido e acrítico, muito ao contrário o sentido da formação se dá no eixo de uma *compreensão* e não de uma *reprodução de mundo*. Essa *compreensão* força o indivíduo a estender a sua ação dialógica com o circundante, não como mero “espectador”, mas como integrado, significado e ressignificado nessa relacional.

Nesse sentido, acaba-se produzindo uma percepção ontológica e aquele cuja posição nas estruturas, hierarquizadas, dos sistemas coloniais excludentes, é a de nomeado e assujeitado; dominado e colonizado, percebe-se como projeto possível de humanização, como sujeito reflexivo diante de inúmeras possibilidades e sentidos *de* e *do* “Ser”.

Por isso, as narrativas de apagamento não se contentam em borrar o pensamento do autor, porque sabem ser impossível contrapor-se criticamente aos argumentos, vez que isso implicaria na própria negação do uso de uma racionalidade comum a todos, desvelando as práticas de exclusão travestidas de possibilidades discursivas.

Há de se pensar o recalque daquele, cuja conduta patológica se caracteriza na humilhação e execração do outro. Paulo Freire se torna esse outro, que no desconhecimento do recalcado, é perigoso, pois vislumbra as tais microrrevoluções que retiram o oprimido de sua condição subalternizada, dando-lhe a possibilidade de autonomia e criação. Há uma perversão possível, uma dimensão que nega existência e ordenamento desse outro que se almeja sempre fragilizado.

Desse modo, a crítica a Freire se situa e se circunscreve nos limites do holográfico; do decalque produzido a partir do real; da tentativa de apagamento pela distorção discursivo-política sobre um existente corporificado apenas na própria nomeação.

Nessa realidade fragmentada, esquizoide, a ressignificação do racional é deturpada porque apenas desse modo, os argumentos desprendidos do real podem ser situados, na teia da construção de uma *esquizopolítica*.

REFERÊNCIAS

- CARVALHO, Alexandre Filordi de. **Da Semiótica Capitalista à Estética Esquizopolítica: Guattari e o lugar da invenção de si mesmo na microrrevolução do desejo.** Prometeus-Filosofia. n.º 26. Janeiro-Abril, 2018. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/prometeus/article/view/8607>. Acesso em: 21/09/2021.
- CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo.** Veneta: São Paulo, 2020.
- DELEUZE, G. **Conversações.** Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.
- FANON, Frantz. **Os condenados da terra.** Editora Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1968.
- FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas.** São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da solidariedade.** 2a ed. São Paulo: Paz e Terra; 2016
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 17ª. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1987.
- GUATTARI, Félix; DELEUZE, Gilles. **Mil Platôs. Capitalismo e Esquizofrenia.** vol. 5. Editora 34: São Paulo, 1997.
- HORÁCIO, Quintus Flaccus. **Q. HORATI FLACCI EPISTVLARVM LIBER PRIMVS.** Título II. Canto 40. Disponível em: <http://www.thelatinlibrary.com/horace/epist1.shtml>. Acesso em: 18 set. 2021.
- KANT, Immanuel. **Resposta à pergunta: o que é o Iluminismo? (1784).** Trad. Artur Morão. Disponível em: http://www.lusosofia.net/textos/kant_o_iluminismo_1784.pdf. Acesso em: 18 set. 2019
- SARTRE, Jean-Paul. **O Ser e o Nada. Ensaio de Ontologia Fenomenológica.** Vozes: Rio de Janeiro, 2013.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. **Sobre o Autoritarismo Brasileiro.** São Paulo: Cia das Letras, 2019.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações Filosóficas. Philosophische Untersuchungen.** Apresentação, Tradução e Notas. ALMEIDA, João José R. L. Edição Bilíngue Alemão/Português. Wittgenstein Translations. s/d. Disponível em: <http://www.psicanaliseefilosofia.com.br/textos/InvestigacoesFilosoficas-Original.pdf>. Acesso em: 18 set. 2019